



ICPD
International Conference on
Population and Development
Beyond 2014



Parceria e Cooperação Internacional

33. Os participantes expressaram a opinião de que, com o aprofundamento do processo de globalização, as questões de população e desenvolvimento ficaram ainda mais ligadas aos problemas económicos, sociais e ambientais do mundo. Isto exige uma abordagem das várias partes interessadas e a nível internacional, nomeadamente dos governos nacionais, Nações Unidas, doadores, sociedade civil e organizações de juventude, líderes religiosos e setor privado. Tal abordagem deverá ter como objetivos a promoção de esforços de cooperação internacional, incluindo a criação de programas e iniciativas conjuntos, o reforço do diálogo político e da coordenação, a transferência de conhecimento e a afectação e mobilização de recursos financeiros e técnicos.
34. Ao mesmo tempo que reconheceram o papel das organizações da sociedade civil como promotoras e prestadoras de serviços, especialistas e guardiãs da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos conexos, os participantes apelaram a parcerias reforçadas entre organizações da sociedade civil locais, nacionais e internacionais, tendo em vista criar, implementar, coordenar, acompanhar e avaliar programas e políticas de população e de desenvolvimento e incentivar a promoção de atividades tendentes a aumentar a participação e a reforçar a capacidade destas organizações. Reconheceram a necessidade de um aumento dos fundos destinados às organizações da sociedade civil, para que pudessem continuar a desempenhar os seus múltiplos papéis de uma forma eficaz.
35. Apelaram também ao reforço das parcerias com o setor privado na criação, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de programas e políticas de população e de desenvolvimento, em particular nas áreas da prestação de serviços e da produção e distribuição de produtos.
36. Só é possível promover a agenda da CIPD por meio de uma solidariedade internacional reforçada e de uma intensa colaboração entre países. Estes devem dar prioridade aos desafios mencionados, dando a tónica na boa governação, proporcionando os recursos internos disponíveis, envolvendo os atores da sociedade civil e procurando eliminar as barreiras legislativas e culturais que impedem o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.
37. Os participantes sublinharam a necessidade de as instituições da região, incluindo a UNECE, reforçarem e garantirem os recursos humanos e financeiros adequados para apoiar a implementação na região das recomendações da revisão de CIPD para além de 2014. Também instaram a que se respeitasse o compromisso de canalizar 0,7% do PIB para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Questões transversais

38. Os participantes recomendaram que se prestasse mais atenção à elaboração, recolha e uso de censos, inquéritos e dados de registo vitais de qualidade, atempados e desagregados, para fins de investigação e análise, bem como de planeamento, acompanhamento e avaliação de políticas e programas. Recomendaram igualmente a utilização de metodologias comparáveis em todos os estudos e setores, em cada país e na região. Estas medidas revelam-se particularmente importantes na Europa de Leste e na Ásia Central, onde são necessários melhores dados sobre migração, tráfico de seres humanos, casamento precoce, violência de género, seleção do feto em função do sexo, gravidez na adolescência e a situação dos idosos e das pessoas com incapacidades.



Associação sem fins lucrativos | ONG-D | NIPC 510457754

Contacto: (+351) 917908514
Email: popdfactor@gmail.com
info@popdesenvolvimento.org
Site: www.popdesenvolvimento.org

39. Apelaram ao reforço de políticas e legislações baseadas em factos concretos, que utilizassem dados qualitativos e quantitativos desagregados por idade, sexo e vulnerabilidade. Afirmaram que ainda existe um desfasamento entre legislação e políticas e a respetiva implementação. Apelaram ao envolvimento dos jovens na conceção de programas e políticas e no seu acompanhamento e avaliação. Deram especial ênfase à necessidade de assegurar fundos suficientes, a participação dos beneficiários e sistemas de acompanhamento. Recomendaram ainda a criação de uma plataforma regional, para a troca dos ensinamentos retirados e de boas práticas e para a promoção de intervenções eficazes, com vista a reproduzi-las em maior escala. Em geral, a região possui uma experiência rica bem como capacidades no domínio da implementação da agenda da CIPD. Contudo, em certos países e algumas zonas, há uma falta de capacidades. Os participantes recomendaram que se prestasse mais atenção ao reforço das capacidades, promovendo intercâmbios "sul-sul" dentro da região.
40. Reconhecendo o retorno do investimento na implementação do Programa de Ação da CIPD, os participantes recomendaram que os governos, a todos os níveis, assim como as comunidades, se esforçassem por aumentar as verbas disponibilizadas e garantir a sua utilização eficaz.
41. Os participantes recomendaram a criação de um mecanismo de acompanhamento contínuo da implementação do Programa de Ação da CIPD, nomeadamente no contexto da agenda de desenvolvimento pós-2015.

Conclusão

O documento final da conferência, conjuntamente com o Relatório Regional da UNECE sobre a CIPD Para Além de 2014, constituirá uma agenda para a implementação do Programa de Ação da CIPD da região para além de 2014. Dada a centralidade da SSR na agenda de desenvolvimento, os participantes apelaram à integração dos resultados da CIPD Para Além de 2014 e da revisão dos mesmos na agenda de desenvolvimento pós-2015. Graças aos bons ofícios do Governo da Suíça, como anfitrião e presidente da Conferência, este Resumo será enviado ao Secretário-Geral das Nações Unidas para apreciação e eventuais medidas. Os organizadores da conferência prepararão e publicarão um relatório formal e as atas da reunião.

A P&D Factor participou nesta conferência com mais de 300 participantes de 44 países com representações governamentais, universidades e centros de investigação, Representantes oficiais, Organismos das Nações Unidas (PNUD, UNICEF, UNAIDS, UNESCO, OMS/Europa, UNFPA, UNECE, ...) e ONG.

Tradução: Carlo Marques. Revisão: Ana Mafalda Tello. Edição: P&D Factor. Tiragem: 500 exemplares.

Com o apoio de:



Mais informações:

www.unecce.org/pau/welcome.html

CONFERÊNCIA REGIONAL DA UNECE ESCOLHAS VIABILIZADORAS: PRIORIDADES EM MATÉRIA DE POPULAÇÃO NO SÉC. XXI

Genebra, 1 e 2 de julho de 2013

Resumo elaborado pela Presidência

Introdução

A Conferência Regional de Alto Nível subordinada ao tema "Escolhas Viabilizadoras: Prioridades em Matéria de População no Século XXI", que se realizou nos dias 1 e 2 de julho de 2013, em Genebra, Suíça, foi organizada em conjunto pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) e teve como anfitrião o Governo da Suíça.

A conferência representou, para a região da UNECE⁽¹⁾, o culminar de um processo que visava analisar a aplicação do Programa de Ação adotado pela Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada em 1994, no Cairo, Egito. Teve como objetivo avaliar os progressos alcançados no domínio da implementação do Programa de Ação da CIPD, salientar tanto os ensinamentos dela retirados como as abordagens bem-sucedidas e fazer recomendações sobre a implementação do referido Programa de Ação na região da UNECE para além de 2014.

O processo de revisão na região incluiu o *ICPD Beyond 2014 Global Survey* (Estudo Mundial sobre a CIPD Para Além de 2014), assim como um relatório regional com base nos resultados da mesma e um estudo das tendências e políticas de população na região. Também incluiu três reuniões temáticas, correspondentes a três sessões temáticas da conferência regional, assim como consultas com a sociedade civil, jovens e parlamentares.

O relatório regional resume informação sobre legislação, políticas, programas e estratégias adotados e aplicados pelos Estados Membros da UNECE no âmbito do Programa de Ação da CIPD. De um modo geral, o relatório confirma que o Programa de Ação continua a ser relevante para alcançar o desenvolvimento social e económico inclusivo, sociedades prósperas e sustentabilidade ambiental, com base na igualdade de género e no respeito pelos direitos humanos. Destaca que se realizaram progressos significativos no que diz respeito à elaboração de políticas e de programas.

A revisão mostra que as sociedades podem prosperar em condições de crescimento demográfico lento ou nulo ou de envelhecimento da população, se adaptarem as suas instituições e se investirem, de uma forma equitativa, na educação, na saúde e em oportunidades de emprego dos indivíduos, independentemente do sexo, idade e origem. Contudo, a região enfrenta muitos obstáculos e desafios ao desenvolvimento do pleno potencial das pessoas. Entre eles figuram diferenças inaceitavelmente elevadas, entre países e entre grupos dentro do mesmo país, em matéria de mortalidade e morbidade, objetivos ainda por alcançar no domínio da igualdade de género e do empoderamento económico das mulheres, da liderança política e da participação na tomada de decisões, bem como grandes desigualdades no acesso à informação e a serviços de saúde sexual e reprodutiva, discriminação e exclusão social de migrantes, minorias e outros grupos desfavorecidos e desigualdades crescentes no acesso ao emprego e a oportunidades de obter rendimento que afetam particularmente os jovens.

A conferência foi presidida pelo Embaixador Urs Schmid, da Suíça, e consistiu em cinco sessões. A sessão plenária de abertura incluiu o discurso principal, proferido pela Sra. Tarja Halonen, ex-Presidente da Finlândia, seguido de uma intervenção de jovens sobre a sua visão e prioridades para a região e a apresentação e debate do relatório da UNECE sobre o resultado do *ICPD Beyond 2014 Global Survey*.

Tiveram lugar três sessões temáticas dedicadas aos seguintes temas: Dinâmica Populacional e Desenvolvimento Sustentável, Famílias e Saúde Sexual e Reprodutiva ao Longo da Vida e Desigualdades, Inclusão Social e Direitos. Cada sessão temática começou com uma intervenção principal e os contributos de dois oradores, aos quais se seguiram declarações das delegações e discussões sobre os respetivos temas. Os jovens apresentaram o Apelo à Ação adotado pelo Fórum Regional da Juventude, realizado em Istambul, em maio de 2013. Durante a conferência, realizou-se ainda um painel sobre Parceria e Cooperação Internacional, com vista a promover a agenda da CIPD mais além de 2014.

Entre os participantes figuravam representantes de autoridades governamentais, incluindo altos funcionários, universidades, organizações da sociedade civil e jovens, assim como membros dos parlamentos nacionais. A iniciativa contou ainda com a participação de peritos que representavam as agências pertinentes das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais internacionais e regionais. No total, estiveram presentes na conferência mais de 300 participantes de 44 Estados Membros da UNECE e de uma zona.

Na sessão de encerramento, o Embaixador Urs Schmid, Presidente da Conferência, apresentou este Resumo, que foi preparado em consulta com os participantes na iniciativa.

Progressos e Recomendações

1. Os participantes acolheram com satisfação os documentos e conclusões da revisão da aplicação do Programa de Ação da CIPD e o seu seguimento para além de 2014 e reafirmaram o seu compromisso com a agenda da CIPD. Sublinharam que as pessoas deveriam estar no centro do desenvolvimento e que deveria ser dada particular ênfase aos direitos humanos, igualdade de género, saúde e educação, especialmente educação das raparigas.

Dinâmica Populacional e Desenvolvimento Sustentável

2. Os participantes referiram que, na região da UNECE, as pessoas têm uma maior longevidade e uma vida mais saudável e possuem um nível de instrução mais elevado do que as gerações anteriores. Isto foi acompanhado por uma fertilidade mais baixa, o envelhecimento da população e padrões de migração mais complexos, num quadro de crise económica. Realçaram a necessidade de uma melhor integração da dinâmica de população no planeamento do desenvolvimento, a nível tanto nacional como subnacional, tendo em vista responder de uma forma global às mudanças demográficas e suas implicações. Destacaram ainda a necessidade de adotar uma abordagem holística, a longo prazo e baseada nos direitos, no que se refere à dinâmica populacional e às suas interligações com o desenvolvimento sustentável.

⁽¹⁾ A região da UNECE engloba 56 países da Europa e da Ásia Central, bem como o Canadá, os Estados Unidos da América e Israel.



Salientou-se que as políticas, tanto nos países com baixa fertilidade como naqueles onde se

- regista uma fertilidade elevada, devem basear-se no direito dos indivíduos a decidir livre e responsabilmente o número de filhos que desejam ter e o espaçamento entre os nascimentos dos filhos, bem como a dispor de informação e meios para o fazer, tomando em consideração que é necessário que essas políticas se baseiem em dados concretos e em boas práticas. Os participantes destacaram uma recomendação aos políticos, para que adotassem uma abordagem holística e favorável à família bem como políticas sensíveis ao género e capazes de responder aos problemas em todos os setores, incluindo a saúde, a educação, o emprego e a migração. As políticas devem apoiar todas as formas de família e ser dirigidas particularmente às famílias vulneráveis. Devem também permitir que as mulheres e os homens encontrem um equilíbrio entre a vida de família e as responsabilidades profissionais, por exemplo, facilitando às crianças e idosos o acesso a cuidados flexíveis. Os participantes contestaram alguns pressupostos relativos à baixa fertilidade, afirmando que a fertilidade abaixo do nível de substituição não constitui uma ameaça, se for acompanhada de investimentos adequados na saúde, na educação e em oportunidades de emprego. Destacaram também o facto comprovado de que, no contexto europeu, a igualdade de género contribui para níveis de fecundidade mais elevados e para a participação da mão-de-obra feminina. Além disso, frisaram que inúmeros países com um crescimento demográfico lento ou nulo são muito prósperos.

Um dos maiores êxitos identificado pelos participantes foi que, em muitos países da região da

- UNECE, as pessoas vivem mais anos e têm uma vida mais saudável. Entre as razões desse êxito contam-se os progressos na saúde pública e um melhor acesso a serviços de saúde, incluindo serviços de saúde sexual e reprodutiva, os avanços da medicina, assim como a adoção de estilos de vida mais saudáveis. Ao mesmo tempo, foram apontadas como motivos de preocupação diferenças persistentes no domínio da esperança de vida e tendências adversas da mortalidade, especialmente entre homens em idade de trabalhar, em alguns países da Europa de Leste e da Ásia Central. Os participantes recomendaram ainda que fosse prestada especial atenção à sobre-mortalidade entre os homens, nos países onde se regista.

Os participantes recomendaram aos Governos que investissem na criação de capital humano

- ao longo da vida dos indivíduos, particularmente na criação de capacidades dos adolescentes e jovens e no desenvolvimento do seu potencial, de modo a permitir a sua participação significativa em todas as fases da formulação, implementação e avaliação de políticas, nomeadamente as que estão relacionadas com a criação de postos de trabalho e com o emprego.

Sublinharam o direito dos jovens a uma educação de qualidade a todos os níveis, num

- ambiente seguro e que promova a participação, bem como a um trabalho digno, através de políticas e programas eficazes e suscetíveis de gerar emprego seguro e não discriminatório e garantir um salário digno e oportunidades de progressão na carreira. Expressaram a opinião de que isto é essencial para a coesão social e para garantir o desenvolvimento social, económico e humano, assim como retornos do dividendo demográfico nos países menos desenvolvidos da região, sempre que este existir.

Os participantes recomendaram a promoção de estilos de vida saudáveis entre adolescentes e

- jovens, assegurando o acesso a serviços de saúde orientados para os jovens e a uma cobertura da segurança social, com vista a melhorar a vida das futuras gerações de pessoas idosas. Para melhor responder aos problemas das sociedades em processo de envelhecimento, recomendaram que se adotassem políticas e programas eficazes, com o objetivo de prestar serviços apropriados tanto de saúde como sociais. Segundo os participantes, a prevenção da discriminação, os cuidados de saúde, o rendimento e as redes sociais de idosos permitirão que as sociedades beneficiem da sua produtividade e contribuído como cuidadores, voluntários e empresários e que colham o dividendo da longevidade de gerações atuais e futuras de idosos. Recomendaram que se desse apoio às comunidades e famílias, a fim de garantir às pessoas idosas os cuidados a longo prazo de que precisam e de promover um envelhecimento independente, ativo e saudável na sua própria casa.

Os participantes referiram que o envelhecimento da população na região da UNECE tem

- repercussões na equidade intergeracional e apelaram a que se adotassem medidas que tivessem em consideração o facto de, na maioria dos países, uma geração relativamente pequena de jovens ter de prestar um apoio per capita mais elevado às gerações mais velhas.

Afirmaram que, em muitos países, a migração de jovens de zonas rurais para zonas urbanas

- estava a ter um impacto substancial, tanto nas comunidades rurais como nas urbanas. Recomendaram que os governos formulassem políticas e medidas inovadoras, capazes de responder à natureza evolutiva das comunidades rurais e de criar relações dinâmicas entre zonas rurais e urbanas.

Os participantes recomendaram que se prestasse mais atenção à proteção e realização dos

- direitos humanos dos migrantes, dos quais quase metade são mulheres e raparigas particularmente vulneráveis, incluindo as vítimas de tráfico de seres humanos e as que são obrigadas a abandonar as suas casas devido a crises humanitárias.

Apelaram também à promoção de políticas destinadas a promover a integração e

Apelaram também à promoção de políticas destinadas a promover a integração e reintegração de migrantes bem como a garantir a portabilidade regional e internacional dos benefícios obtidos do seu trabalho no estrangeiro e como migrantes. Os participantes concordaram em que a migração pode ser benéfica tanto para os países de origem como para os de destino, salientando, contudo, o diferente impacto que a migração tem para países de origem e de destino.

- Mencionaram o impacto das alterações climáticas e o facto de, na região da UNECE, se registarem os níveis mais elevados de consumo e de emissões de CO2 do mundo. Apelaram a que se desse mais importância às inovações destinadas a assegurar a eficácia energética e a políticas de adaptação progressiva relacionadas com as alterações climáticas.

Famílias, Saúde Sexual e Reprodutiva ao Longo da Vida

- Os participantes sublinharam que a liberdade e a capacidade e direito de fazer escolhas e tomar decisões informadas empoderam os indivíduos, permitindo-lhes realizar o seu potencial e participar na economia e na sociedade. Sublinharam que a promoção e proteção dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva são essenciais para alcançar a igualdade de género, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

- Os participantes apelaram aos governos, para que adotassem uma abordagem da saúde sexual e reprodutiva baseada nos direitos humanos, que incluísse o apoio a serviços de saúde sexual e reprodutiva, a proteção da saúde em geral e do bem-estar das mulheres e das jovens, a possibilidade de tomar decisões informadas e o respeito pelas escolhas individuais. Salientaram a necessidade de uma legislação e políticas nacionais suscetíveis de garantir que não sejam sujeitas a discriminação, coerção e violência, incluindo a violência exercida por parceiros íntimos. Os governos, em conjunto com redes de parlamentares e organizações da sociedade civil, deverão tomar medidas para combater as práticas que violem os direitos reprodutivos das mulheres e adolescentes, tais como a exigência do consentimento do cônjuge ou dos pais para beneficiarem de cuidados de saúde, a esterilização forçada, o aborto forçado ou a discriminação na educação e emprego devido a gravidez ou maternidade. Apelaram também à eliminação das barreiras legais que impedem o acesso das mulheres e jovens ao aborto seguro, bem como à proteção do direito das pessoas que vivem com VIH a terem acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva e à educação neste domínio.

- Os participantes reconheceram que uma educação sexual abrangente, sensível às questões de género e baseada nas competências de vida, que seja compatível com as capacidades em desenvolvimento dos adolescentes e jovens, é essencial para que possam proteger-se de gravidezes não planeadas, do VIH e de infeções sexualmente transmissíveis (IST), promovam os valores da tolerância, respeito mútuo e relações não violentas, e planeiem as suas vidas. Apelaram à criação e implementação de programas, em particular programas orientados para os jovens, que forneçam informação correcta sobre a sexualidade humana, incluindo o crescimento e o desenvolvimento, a anatomia sexual e a fisiologia, a reprodução, a contraceção, a gravidez e o parto, o VIH e a SIDA, as IST, a vida familiar e as relações interpessoais, a cultura e a sexualidade, a realização dos direitos humanos, o abuso sexual, a violência de género e as práticas nocivas, proporcionando-lhes também oportunidades de explorar os valores, atitudes e normas referentes às relações sociais e sexuais, lidar com a sua sexualidade de uma forma positiva e capaz de responder às suas necessidades, promover a aquisição de competências e incentivar os jovens a assumirem a responsabilidade pelos seus próprios atos e a respeitarem os direitos dos outros, tomando em consideração os dados e provas científicas.

- Recomendaram que fosse dada formação a certos grupos profissionais, como prestadores de cuidados de saúde, membros do setor judiciário, professores, assistentes sociais e pessoal responsável pela aplicação da lei, a fim de conhecerem melhores abordagens não discriminatórias, baseadas nos direitos humanos de todos os indivíduos, independentemente da sua idade, sexo, raça, etnia, classe social, religião, estado civil, profissão, incapacidade, seropositividade, orientação sexual, identidade de género, naturalidade, condição de imigrante ou língua, e que sejam sensíveis às questões de género.

- Reafirmaram o papel crítico dos políticos, parlamentares, líderes comunitários e meios de comunicação social na criação de condições que permitam um pleno gozo, em condições de igualdade, dos direitos humanos, incluindo a saúde sexual e reprodutiva e os direitos conexos.

- Os participantes deram particular destaque à recomendação no sentido de melhorar o acesso à informação, ao aconselhamento e a material e serviços que aumentem a capacidade de todos os casais e indivíduos para tomarem decisões livres e informadas sobre o número de filhos que desejam ter e sobre o espaçamento entre os nascimentos dos mesmos. Sublinharam que era imperioso dar prioridade a evitar as gravidezes não planeadas, eliminando as barreiras ao acesso a contraceptivos, incluindo as restrições com base na idade ou estado civil ou a proibição de certos métodos contraceptivos.

Salientaram a necessidade de complementar a contraceção a custo acessível com a contraceção gratuita para os grupos marginalizados. A contraceção de emergência e os serviços de aconselhamento devem ser disponibilizados, atempadamente e sem que a sua utilização seja alvo de juízos de valor, a todas as mulheres e todas as adolescentes. Os participantes recomendaram ainda que os serviços de saúde sexual e reprodutiva que oferecem cuidados de elevada qualidade fossem disponibilizados a todos os jovens, de acordo com as suas necessidades. A sua disponibilidade implica custos razoáveis e facilidade de acesso, o que significa, em geral, a existência de um amplo espetro de serviços abrangentes e integrados. Outra recomendação formulada pelos participantes foi a integração dos serviços de saúde sexual e reprodutiva para mulheres e homens num sistema que preste cuidados de saúde primários e assegure o encaminhamento para serviços capazes de responder a necessidades mais especializadas. Foi também sublinhada a necessidade de reforçar os sistemas de saúde em alguns países da região.

- Os participantes afirmaram que as IST, incluindo o VIH, continuam a constituir um motivo de grande preocupação na região da UNECE. A sua prevenção e tratamento devem ser uma parte importante das respostas dos sistemas de saúde. O investimento na prevenção das IST reduzirá uma das causas principais de problemas de saúde em mulheres em idade reprodutiva, incluindo a infertilidade secundária, cuja prevalência está a aumentar na região. Recomendaram a todos os governos a apropriação plena, a longo prazo, das suas respostas às IST, incluindo o VIH e a SIDA, em vez da dependência dos fundos concedidos pelos doadores. Também recomendaram a atribuição de mais fundos destinados à prevenção e tratamento das IST, incluindo o VIH. Na Europa de Leste e na Ásia Central, são especialmente necessários mais fundos e mais atenção a este problema.

- Apelaram à eliminação da mortalidade e morbilidade maternas evitáveis, garantindo que todas as mulheres tenham acesso a cuidados pré-natais de qualidade e que todos os partos sejam assistidos por profissionais de saúde qualificados. O acesso a cuidados obstétricos de emergência e à gestão de complicações resultantes de abortos realizados em condições perigosas, incluindo a revisão das restrições impostas pelas leis do aborto existentes, deve ser integrado em políticas e práticas que visem salvaguardar a vida das mulheres e adolescentes. Apelaram ainda à criação de mecanismos destinados a garantir que os prestadores de serviços respeitem os direitos humanos e as normas profissionais e éticas.

- Os participantes destacaram a necessidade da plena integração da educação sexual abrangente na formação de professores, psicólogos escolares e assistentes sociais, tanto na fase ante-graduação como posteriormente já como trabalhadores. Recomendaram também que se ajudassem os pais através de programas especiais, tendo em vista consciencializá-los dos benefícios da educação sexual dos filhos.

- Reconheceram as necessidades dos migrantes em matéria de saúde sexual e reprodutiva (SSR) e recomendaram que lhes fosse assegurado o acesso a serviços de SSR na sua própria língua e em lugares acessíveis. Os governos dos países de origem e de destino devem agir em conjunto, de uma forma coordenada, para responder às necessidades dos migrantes e respeitar os seus direitos.

- Os participantes referiram que as leis e práticas que criminalizam os comportamentos e relações sexuais consentidas entre adultos, incluindo fora do casamento e incluindo ainda o trabalho sexual voluntário, marginalizam o estatuto dos indivíduos na sociedade, constituindo ainda uma ameaça à saúde pública.

- Tendo em conta que o envelhecimento da população é uma característica visível do desenvolvimento demográfico da região, os participantes apelaram a que fossem adotados políticas e programas eficazes relacionados com os serviços de saúde sexual e reprodutiva que melhor pudessem responder às necessidades resultantes do envelhecimento da população.

- Os participantes sublinharam a necessidade de os Governos e as sociedades em geral garantirem uma tolerância zero à violência de género e pediram medidas que visassem criminalizar a violência contra mulheres e jovens, e assegurar o acesso de todas as vítimas/sobreviventes de violência de género a serviços vitais, nomeadamente linhas de apoio disponíveis durante 24 horas por dia, e apoio psicossocial e de saúde mental. O tratamento de lesões, os cuidados pós-violação, incluindo a contraceção de emergência, a pós-exposição a profilaxia para prevenção de VIH e o acesso a serviços de aborto seguro em casos de violência, violação e incesto devem ser garantidos atempadamente.

- Recomendaram um maior acesso dos homens e rapazes à informação sobre saúde sexual e reprodutiva, ao aconselhamento e a serviços nessa área. Apelaram também a todos os países da região, para que dessem prioridade ao envolvimento de homens e rapazes na promoção da participação e na partilha de responsabilidades, em pé de igualdade com as mulheres e raparigas, nomeadamente em matéria de prestação de cuidados, incluindo através de programas de apoio que os visem os sensibilizem para as questões relacionadas com a igualdade de género e direitos. Recomendaram ainda que fosse dada prioridade a campanhas de consciencialização e à introdução de programas com o objetivo de pôr termo à seleção dos fetos em função do sexo, nos países onde é praticada.

- Os participantes referiram a diversidade dos tipos de família na região e apelaram a respostas no domínio das políticas públicas, dos enquadramentos jurídicos favoráveis e do apoio, incluindo o apoio financeiro, a conciliação da vida profissional com a vida de família, e o acesso garantido à educação de qualidade na primeira infância e a cuidados de qualidade tanto para crianças como para idosos. Mencionaram também a necessidade de corrigir as normas de género prejudiciais, tais como as ideias sobre qual é o papel apropriado dos rapazes e homens e o das raparigas e mulheres. Para que as políticas de família tenham êxito, é vital alterar as normas de género. É necessária uma abordagem ao longo da vida, na medida em que os indivíduos ora se tornam membros de uma família ora deixam de o ser ou ora iniciam ora acabam uma relação com um parceiro, vivendo diversas transições familiares. Esta abordagem ao longo da vida é também essencial para garantir a proteção dos membros da família, incluindo as crianças, que se encontram numa situação vulnerável devido a circunstâncias familiares.

Desigualdades, Inclusão Social e Direitos

- Os participantes sublinharam que a realização do potencial humano e a inovação dependem da garantia dos direitos das pessoas, da sua integridade física e proteção contra a violência, do direito à saúde, educação, habitação e meios de vida e do gozo dos benefícios do desenvolvimento científico. Referiram que muitos grupos, em particular as mulheres, raparigas e minorias, continuam a sofrer, por vezes simultaneamente, múltiplas formas de marginalização e discriminação. Pediram políticas de modo a promover a igualdade de género, permitir a participação em condições de igualdade e a inclusão social de todos os indivíduos, graças a estratégias transversais, incluindo a proteção contra a violência e abusos, o fim da seleção dos fetos em função do sexo, a criação de oportunidades de emprego para mulheres, jovens, idosos, pessoas com incapacidades e outros grupos marginalizados, a consciencialização dos seus direitos e um maior acesso aos serviços sociais e ainda o fim da discriminação, da estigmatização e de outras formas de exclusão social.

- Os participantes apelaram à igualdade perante a lei e à não-discriminação de todas as pessoas no exercício dos seus direitos sociais, culturais, económicos, civis e políticos. Frisaram a necessidade de promulgar ou reforçar leis que punam qualquer tipo de discriminação, violência ou crimes de ódio e de tomar medidas concretas para proteger os habitantes da região contra a discriminação, o estigma e a violência.

- Sublinharam que a região da UNECE lidera os avanços em direção à igualdade de género e realçaram os êxitos alcançados no que se refere a garantir a igualdade no acesso à educação, emprego e participação política. Ao mesmo tempo, os participantes apontaram como um motivo de preocupação as desigualdades de género persistentes e as práticas prejudiciais. Frisaram que a realização da igualdade de género, dos direitos e o empoderamento das mulheres podiam contribuir significativamente para a redução da pobreza, incluindo o crescimento, a governação democrática e a paz e a justiça.

- Apelaram à promulgação e aplicação eficaz de leis destinadas a garantir que a educação decorra num ambiente livre de discriminação, violência e *bullying*. Também apelaram a uma educação inclusiva com currículos sensíveis ao género nos sistemas de educação formal, complementada ou reforçada por programas, pela educação por pares ou por intervenções sobre SSR realizadas por ONG e outros grupos da sociedade civil e financiadas por fundos governamentais. Exortaram os governos, as organizações da sociedade civil e as comunidades a trabalharem juntos para aumentar os serviços eficazes de SSR destinados a grupos marginalizados. Recomendaram ainda a aquisição de um nível de instrução mais elevado como um instrumento importante da luta contra o desemprego e a pobreza.

- Referiram que, apesar dos consideráveis progressos alcançados na região, subsistiam desafios a superar, designadamente as múltiplas formas de desigualdade, a marginalização e a discriminação. Apelaram a medidas que visassem garantir a não-discriminação no exercício dos direitos sociais, culturais, económicos, civis e políticos de todos os indivíduos e a igualdade perante a lei, incluindo o direito a oportunidades de emprego remunerado, de residência e de acesso a serviços.

- Os participantes realçaram o papel que uma governação responsável, assente na obrigação de prestar contas, na transparência e no Estado de direito, tem no que se refere a pôr termo às desigualdades, alcançar a inclusão social e realizar a concretização dos direitos. Apelaram aos governos e a outras partes interessadas, para que continuassem a reforçar as parcerias com as organizações da sociedade civil e as ONG, a garantir financiamentos adequados e sustentáveis e a apoiar o trabalho das organizações da sociedade civil em prol da eliminação da exclusão social.